

E no final da festa nova saberemos que o mundo catarina terá sido tocado pelo dedo divino e pela mão nossa num gesto de ternura e de amor

ao planejar estar-se-á visando fazê-lo atingir a estatura de Cristo, recompondo sua face quebrada pelo pecado do velho Adão. Por isso, envolver-se nessas situações de menos vida, especialmente do homem catarina para remetê-lo ao Pai, que ama e se condói com os gemidos dos filhos seus, ao filho que se fez um de nós para que nós nos revestíssemos dEle, e ao Espírito Santificado e Santificador que suspira por Deus em cada homem, é a razão do repensar a Igreja catarinense nos próximos anos. E nossa Igreja, ao fazer o novo projeto reafirmar-se-á como sacramento divino do encontro de Deus conosco. E à medida em que o executor, há de propiciar a certeza de que nossas saudades de Deus se vão converter em festas de irmãos, onde cada um cantará um poema novo no mundo do trabalho rural e operário, onde cada um se alegrará por causa da justiça que privilegia o irmão marginalizado, onde todos dançarão de alegria pois que será permitido sonhar com a certeza de que voltaremos, à imagem de Cristo, ser irmãos, filhos do Pai comum, envolvidos pelo Espírito, assumindo coletivamente o senhorio da natureza. E no final da festa nova — resultado da comum-união dos irmãos — saberemos que o mundo catarina terá sido tocado pelo dedo divino e pela mão nossa num gesto de ternura e de amor onde nasce o mundo novo, onde haja mais donos de terras de plantar, casas de morar e instrumentos novos de participar e comungar segundo o espírito de Deus na implantação de seu Reino.

Notas:

- (1) Veja-se nosso estudo: "Projeções provisórias sobre a Igreja em Sta. Catarina", ITESC, mimeografado, 1986.
- (2) FORTE, Bruno. **JESUS de Nazaré. A história de Deus, Deus da história.** Ensaio de uma Cristologia como história. Paulinas, S. Paulo, 1985, pág. 191
- (3) RIBEIRO, Helcion. **Leigos pobres na renovação da Igreja em Santa Catarina**, in ENCONTROS TEOLÓGICOS, Ano L, n° I, pág. 15.
- (4) Cf. Relatório do "I Encontro dos Presbíteros do Regional Sul IV", 1986, s/e.
- (5) Cf. EN. 20.
- (6) EN. 29.
- (7) Cf. UR. 4, e.
- (8) UR. 3,a
- (9) CAPPELLARO, Juan et alii. **Da massa al popolo di Dio.** Cittadella Ed.: Assisi, 1981, pág. 101

Endereço do autor:
Casa Paroquial — Saco Grande II — Rod. Vergílio Várzea s/n — 88030
— Florianópolis — SC

A Igreja em Santa Catarina em tempo de revisão e planejamento

Pe. Nilo Buss
Prof. de Pastoral

Introduzindo

Estamos em tempo de Revisão e Planejamento. É a tônica presente no Regional Sul IV da ONBB, em cada uma das suas 8 (oito) Igrejas Particulares (Dioceses) e também a nível de Igreja nacional (ONBB). Esta, em sua 25ª Assembléia Geral, que certamente acontecerá em abril de 1987, elegerá uma nova Diretoria, os Bispos que integrarão a "Comissão Episcopal de Pastoral" (CEP) e o novo "Conselho Permanente", bem como ainda a "Comissão Episcopal de Doutrina". A partir desta mesma Assembléia Geral certamente os Bispos da ONBB elaborarão Novas "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil" bem como novo "Plano Bienal dos organismos nacionais" para o biênio 87/88.

Novo Plano de Pastoral do nosso Regional a partir da sua Assembléia Geral em Novembro de 1987.

Quanto ao Regional Sul IV da ONBB, parece que está havendo uma decisão claramente assumida de, a partir da última Assembléia Geral do Regional Sul IV que aconteceu em Lages (SC), de 7 a 9 de novembro de 1986, partiu-se para encaminhar uma revisão profunda da caminhada Pastoral em Santa Catarina, a par do último "Plano de Pastoral" que esgota seu tempo de vigência por ocasião desta mesma data. Esta mesma revisão geral que foi orientada para todos os setores de Pastoral do Regional Sul IV, como que num grande mutirão, já foram apontados os elementos que serão assumidos, integrados e contemplados para o nosso Plano de Pastoral do nosso Regional a partir da sua Assembléia Geral em Novembro de 1987.

Acreditamos que será por demais importante este ano de Revisão. Será como que um olhar para o passado a fim de melhor e prospectivamente jogarmos depois o olhar para o futuro. O próximo plano deverá ser continuidade do atual, ou pelo menos levar em conta o lugar onde estamos com o nosso trabalho pastoral. E desta tarefa toda, se assumida com muito carinho e fé, envolvendo a muitos, participativamente, nascerão novas lideranças que juntamente com muitas das que hoje articulam o agir Pastoral em Santa Catarina, integrarão o *Novo Conselho Regional de Pastoral* que terá por responsabilidade primeira levar a efeito, então, o novo Plano que surgirá.

Assim, diante deste momento tão importante e especial pelo qual passa a Igreja em Santa Catarina, em seu momento histórico de replanejamento, quando em sua missão ela é interpretada por muitos desafios, gostaria de tecer

algumas reflexões rápidas, ao redor de algumas questões que reputo de especial importância.

1 — NECESSIDADE DE PLANEJAR COM SERIEDADE

Felizmente assistimos a momentos novos em que a realidade toda, mesmo aquela caracterizada pela "autonomia no campo das ciências humanas", está, nos convencendo de que também no campo da ação pastoral é necessário planejar com seriedade. Havia muitas resistências em tempos idos. Tinha-se a atividade pastoral como algo totalmente estranho para ser planejada com o auxílio dos métodos científicos. Era como que tirar o lugar da ação do

"Para realizar concretamente as opções pastorais básicas da Evangelização, o caminho prático é uma Pastoral Planejada".

Espírito Santo. Hoje, mesmo que ainda percebemos focos de resistência a um planejamento mais científico, denunciados pelas muitas improvisações, "chutes", suposições, percebe-se uma abertura para deixar sempre maior espaço para a participação de leigos que tragam o específico do seu metie para a ação planejada. É um sinal evidente do momento novo, pelo qual passa a Igreja. Busca gradativamente seu Povo de Deus e na multiplicidade das tarefas ser "Toda Ministerial".

Quanto ainda a esta necessidade da dimensão também científico planejar, já nos alertaram os Bispos em Puebla:

"Para realizar concretamente as opções pastorais básicas da Evangelização, o caminho prático é uma **Pastoral Planejada**" (DP, 1306). E continuam a dizer mais: "A ação pastoral planejada é a resposta científica, consciente e internacional às exigências da Evangelização. *Deverá realizar-se num processo de participação* em todos os níveis da comunidade e pessoas interessadas, educando-se numa *metodologia de análise da realidade*, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora" (DP, 1307).

O que hoje se percebe, contudo, uma vez dada a sensibilização e a conversão para a necessidade de planejar cientificamente toda e qualquer ação Pastoral, é a incapacidade

Logo virá o planejamento do Regional Sul IV que buscará inspiração, certamente, no Plano Nacional.

de assim saber-se planejar. Poucos ainda foram introduzidos num método mais científico. Há quem se contente com apenas um bom ou relativo cronograma de tarefas pastorais. E basta! E muitíssimas vezes nascido de uma

só cabeça, não priorizando a nada e a ninguém, a não ser a um modelo de pastoral de administração sacramentalista. Outros conseguem, em seu plano, responder e ordenar as perguntas clássicas: "O quê? Quem? Quando? Por quê? Como? Com que? Para Quem?" que terceiro grupo já consegue chegar e aproximar-se do método da Antiga Ação Católica quando destingue três momentos significativos para a sua ação, desdobrando-se em VER, JULGAR E AGIR, e mais recentemente, acrescentando-se o Rever.

Identificar estas *tipologias* de Planos não é uma tarefa tão difícil em Santa Catarina, quando se fala das realidades pastorais. Pior ainda é quando o susposto Plano de Pastoral Paroquial está totalmente implícito na cabeça do pároco e nas páginas da sua agenda pessoal onde estão elencadas, cada dia, as suas múltiplas atividades pastorais! E quando é transferido, lá se vai o "Plano" junto! O novo Pároco que chega não tem onde se basear para dar prosseguimento a não ser buscar junto ao povo algumas estruturas de horários em que eram administrados os Sacramentos.

Quando partimos para os planos diocesanos das Igrejas Particulares de SC, e mesmo para o Plano do Regional Sul IV, já encontramos algo mais trabalhado. Não que já sejam Planos que brotaram, também cientificamente a partir da realidade e das bases, mas tem muitos elementos que denotam uma auscultação a partir de um ver. Se nem sempre tão analítico, mas pelo menos aproximativo da realidade. A linguagem lembra ainda um pouco termos comuns da "Cibernética Social" do "Movimento de Criatividade Comunitária" que tanto marcou a caminhada da ação pastoral do Regional Sul IV, desde os seus primórdios, especialmente nos seus primeiros cinco anos, ainda na década de 1970. Nestes planos encontramos normalmente uma introdução, seguida do objetivo geral do respectivo Plano, as justificativas para os seus elementos, seguindo-se os programas, os projetos, as justificativas dos mesmos, os responsáveis, a principal cronologia, etc. Observa-se ainda que alguns planos Diocesanos se inspiram diretamente nas "Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil" da ONBB e não tanto no Plano de Pastoral do Regional Sul IV. É a Igreja do Nacional que dá os destaques e as urgências. Isto é compreensível dado que o Plano ainda em vigência no Regional Sul IV, foi elaborado antes do "7º Plano Bial dos organismos nacionais" para o período de 1983/1984 e das "Diretrizes Gerais..." Atualmente o processo se inverterá. Primeiramente a ONBB planejará a seu nível. Logo virá o planejamento do Regional Sul IV que buscará inspiração, certamente, no Plano Nacional.

2 — ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA UM PLANEJAMENTO CIENTÍFICO

Aqui tentaremos apenas referir-nos a alguns momentos fortes de um Planejamento. É um modo de planejar. Há muitos outros. Privilegiamos a este por ser o adotado pelo CELAN no atual momento e sua Linguagem já está familiarizada em toda a América Latina, e especialmente no Brasil. Até inclusive a Diocese de Tubarão, em nosso Regional Sul IV, em sua caminhada de Sínodo Diocesano, tem adotado este método científico. Eis então, alguns dos principais momentos, sua rápida descrição, e principais

critérios deste modo de planejar. Para esta reflexão inspiro-me nos apontamentos e na experiência prática efetuada em Medellín no ano de 1983.

2.1 — Estabelecer o Marco de Situação ou de Realidade

Eis aí o ponto de partida. Parte-se sempre da realidade. Para o próximo Plano do Regional Sul IV, não existe outra alternativa de que a de partir do resultado da revisão séria crítica, analítica, isto é, do como estamos. Será preciso identificar o mais precisamente possível, a *visão pastoral da Realidade* Catarinense, claro, não tomando a fora do

No planejamento o MARCO DE SITUAÇÃO tem como finalidade conhecer as características e os fatos significativos da realidade social

contexto nacional ou mesmo internacional. Quanto a isto disseram os Bispos em Puebla: "Ocupando-nos da realidade. . . o fazemos numa atitude de serviço, como pastores, e não de um ponto de vista econômico, político ou meramente sociológico. Esforçamo-nos para que haja entre os homens maior comunhão e participação nos bens de toda ordem que Deus nos entregou" (DP, 1255). Percebemos destarte que o enfoque da igreja ao Planejar a sua ação e *preferentemente pastoral*, mesmo que leve em conta as dimensões econômica, política, cultural, demográfica. . . Sendo o enfoque da Igreja o pastoral, esta visão nasce do Evangelho "e brota a partir da fé" (DP, 15). É a partir daí que afirmamos que dentro do conjunto da realidade a opção da Igreja é somente pelo homem e acima das ideologias.

Este momento primeiro do planejamento é especial para estabelecer o diálogo entre as ciências humanas e a pastoral. Aqui num planejar participativo e também científico está o lugar privilegiado para acolher "as ciências do social" para operarem a sua mediação. Somente elas têm condições de nos entregarem determinados ângulos de conhecimento, análises e compreensão da realidade social.

No planejamento o MARCO DE SITUAÇÃO tem como finalidade conhecer as características e os fatos significativos da realidade social que afetam ou influenciam sobre a tarefa pastoral. Este estudo da realidade se fundamenta no *presente*: descrevendo e medindo os fatos atuais; *no passado*: aplicando a análise das causas e; *no futuro*: projetando suas tendências. Tudo deve acontecer também com objetividade, globalidade e visão prospectiva.

A captação da realidade se faz aplicando diferentes métodos de investigação social, entre outros podemos citar o da *Observação* da *entrevista*, do *Questionário*, dos *testes*, da *Sociometria*, da *análise de conteúdos*. . . A opção por uma e não outra técnica está determinada por uma série de fatores, por exemplo: a natureza do fenômeno a ser estudado, ou o objetivo da investigação, ou ainda do volume dos recursos financeiros disponíveis bem como também dos recursos humanos; da cooperação que se espera do

público. . . Outro critério importante para decidir-se por um método de planejamento pastoral participativo é aquele que favorece a participação mais ampla de todos os segmentos da sociedade.

Aqui acontecem vários passos, como:

- 1º) Elaboração de um *guia de investigação* que defina os aspectos que se quer conhecer da realidade. Poderá ser aqui o instrumento das revisões diocesanas.
- 2º) Recolhação das informações e dos dados já existentes de acordo com o guia acima.
- 3º) Revisão dos dados recolhidos para estabelecer os vazios da informação, de acordo com o esquema do guia de investigação.
- 4º) Recolhimento dos dados necessários para completar o guia de temas. Não recolher mais dados a não ser os que se vão trabalhar.
- 5º) Organização de toda a informação recolhida de acordo com o guia de investigação e elaboração de um informe preliminar.
- 6º) Estudo do informe preliminar com a Comunidade que está sendo estudada, a saber: a diocesana, a paroquial, a Regional, a local, etc.
- 7º) Elaboração definitiva do informe final, ou monografia.

2.2 — Elaboração do Marco Doutrinal

Segundo Eduardo Peña o "Marco Doutrinal" é basicamente o conjunto de princípios doutrinários que identificam o grupo que desenvolve o processo de planejamento. É a expressão da Filosofia do Grupo, sua cosmovisão.

Para cada setor de Pastoral do Regional Sul IV dever-se-ia elaborar um Marco Doutrinal.

O MARCO DOUTRINAL: é como que a teologia aplicada sobre o Marco da Realidade, iluminando-o, evidenciando-lhe as contradições e apontando para a utopia de Diocese, de Regional que queremos construir. Deveria ser elaborado de forma participativa e na direção de iluminar o "novo" que se quer construir. Tende ser específico. Para cada setor de Pastoral do Regional Sul IV dever-se-ia elaborar um Marco Doutrinal. Isto já indica que para sua elaboração é necessário selecionar primeiro os temas doutrinários, depois estudá-los em profundidade, chegando elaborar o Marco Doutrinal final. Segundo as opções prioritárias ou os destaques pastorais que são escolhidos. Para tanto três temas se constituem Sacramento importante, a saber a verdade sobre Jesus Cristo, a Igreja e o Homem. E não será tão fácil, em nosso Regional Sul IV, chegar a um consenso explícito, pela prática pastoral, de uma cristologia, de um só modelo eclesial e sintonizados numa só visão antropológica! A questão fundamental são os modelos implícitos. Cada prática pastoral Diocesana traz em si um modelo de Igreja, uma cristologia e uma antropologia. Não há como fugir disso.

As urgências ficaram evidenciadas pelo confronto do Marco da Realidade com o Marco Doutrinal

2.3 — O Diagnóstico Pastoral

O Diagnóstico é um "conhecer através de" O Diagnóstico Pastoral é uma leitura da realidade desde a perspectiva pastoral, para estabelecer as urgências que a realidade apresenta para a ação pastoral. As urgências ficaram evidenciadas pelo confronto do Marco da Realidade com o Marco Doutrinal. É este momento um discernir cristão, é já uma tomada de decisão, sem assinalar as prioridades das urgências. Este momento deve acontecer em cada diocese antes de partir-se para o Plano do Regional. Neste nível vão aparecer certamente situações diferenciadas nas oito Dioceses catarinenses mas mesmo assim é possível chegar a um consenso na escolha das realidades gritantes do nosso estado que necessitam de ser trabalhadas e assumidas com maior urgência.

É impossível estabelecer ou emitir um diagnóstico pastoral conseqüente quando não se conhece objetivamente a realidade

É impossível estabelecer ou emitir um diagnóstico pastoral conseqüente quando não se conhece objetivamente a realidade, isto é, *O Ver analítico* e ainda não se definiu o Marco Doutrinal, isto é, o **JULGAR TEOLÓGICO**. Para que tal tarefa ocorra com procedência é preciso saber definir os problemas existentes, suas grandezas, suas causas e seus efeitos sobre o todo do conjunto. Ainda mais estabelecer a ordem de prioridade dos problemas, identificar os pontos de apoio e os focos de resistência bem como ainda indicar as diferentes soluções possíveis.

2.4 — Os Objetivos Pastorais

Um passo seguinte, após ter-se pronunciado sobre as urgências pastorais a serem assumidas, é o de estabelecer os **OBJETIVOS PASTORAIS**. Estes são a expressão de um resultado que se quer obter e da razão pela qual se o deseja alcançar. Por esse mesmo motivo enuncia-se que o objetivo pastoral deve responder a duas perguntas: O que se quer e para que se quer. Sua formulação deve ser clara, concisa, dinâmica e compreensível para todos. Assim é mais fácil identificar os resultados alcançados, e sempre melhor poder-se avaliar em que patamar de conquista se está. Normalmente, nos Planos de Pastoral, utiliza-se um Objetivo Geral, de caráter utópico-criador, nascido do Marco Doutrinal. Depois cada projeto terá seus

objetivos específicos, que são caminhos alternativos para aproximarmos, o mais possível, do objetivo Geral. Em assim sendo exige-se uma coerência entre o objetivo Geral e os específicos, nas revisões, os objetivos serão o lugar para confrontar o que se alcançou e o que era pretendido alcançar.

2.5 — Políticas e Estratégias: Critérios de opção

A cada política podem corresponder várias estratégias.

Definidos os objetivos, enunciam-se os **critérios de ação**, que são, nada mais nada menos que as **linhas de ação e os modos como**, as pessoas envolvidas participativamente no processo de planejamento, irão agir. Lembram muito serem atitudes básicas ou linhas gerais de ação que o grupo escolhe como necessárias para, harmoniosa e integradamente, poderem levar adiante uma ação de conjunto. As Políticas são mais gerais, são as linhas de ação, enquanto que as estratégias são mais especificamente as maneiras, as formas e os modos de ação que elevam a concretização duma Política. A cada política podem corresponder várias estratégias. As políticas redizem-se com um verbo no infinitivo e as estratégias no gerúndio.

2.6 — Recursos

Chegados nesta altura, é preciso, diante da tarefa a ser levada a efeito, verificar os recursos disponíveis, tanto os de ordem econômica, física, institucional e humana. É possível enfrentar a tarefa a que o grupo se dispõe? Os recursos são suficientes? Há previsões de mais recursos? De que ordem são? E para as situações inesperadas?

Sempre é necessário canalizar os recursos mais significativos para as tarefas mais urgentes e prioritárias.

2.7 — Programação das Atividades

Aqui acontece o momento exato da máxima aterriza-gem, de pôr-se os pés no chão e na estrada, indo em busca da consecução dos objetivos específicos no sentido de lograr, alcançar ao máximo o objetivo geral. É o momento de descrever organizada, precisa e responsabilmente as atividades que se vão desenvolver. Nesta altura cabe bem ordenar tudo no sentido de se responder às perguntas: O que se quer alcançar? Como conseguiu-lo? Quando encetá-lo? Onde? Quem estará envolvido e responsabilizado? Com que recursos levar a efeito a ação?

2.8 — Distribuição do Tempo

Ordenadas as atividades dos programas e projetos, indicados os responsáveis, pelas mesmas, explicitados os objetivos a serem alcançados, estabelece-se também o cronograma. Este pode ter validade cronológica diversificada, seja para um semestre, um ano, um biênio, um quinquênio. . . O Plano do Regional Sul IV tem duração correspondente a um quadriênio, houve sim, revisões anuais por ocasião das Assembléias anuais mas substancialmente não

foi alterado algo de essencial do como foi concebido inicialmente.

2.9 — CONTROLE E AVALIAÇÃO

Nada deverá ter o caráter de fixista, de cristalizado, em se tratando de caminhada pastoral da Igreja.

Estas duas atividades são também sucessivamente importantes quando compreendemos o planejamento pastoral como um processo educativo. Às vezes este processo é um pouco imprevisível. Porque todo processo que envolve pessoas traz no seu bojo a característica do dinâmico, deverá haver sempre a abertura para o redimensionamento, o reajuste e a correção dos rumos. Nada deverá ter o caráter de fixista, de cristalizado, em se tratando de caminhada pastoral da Igreja. O controle e a avaliação freqüentes, sempre confirmarão de novo, ou não, o objetivo geral está norteando os resultados dos frutos. E as atividades da interpretação, da ponderação, da avaliação e a confrontação dos resultados com os objetivos propostos são plenamente procedentes com a tarefa do AGIR PASTORAL da Igreja em sua Missão recíproca de levar a efeito uma evangelização libertadora em toda a América Latina, no Brasil, em nosso Regional Sul IV e em cada uma das suas oito dioceses.

3 — É Hora do Desafio para a Igreja em Santa Catarina

Diante do caminho andado e da tarefa ainda por enfrentar, desafia-nos muito chão a ser percorrido. Cada dia somos interpelados pelas situações gritantes em que se encontram a maioria dos nossos irmãos catarinenses que foram marginalizados do direito de terem acesso a um patamar de dignidade humana, com iguais direitos por que todos igualmente assumidos pelo gesto Redentor de Jesus Cristo.

Seguindo a linguagem de Puebla que caracterizando o homem marginalizado latino-americano nos apresenta as mais diversificadas "Lições" daqueles que foram relegados a um submundo de dignidade humana, poderíamos também identificar as "feições" dos "Catarinas" atropelados em seus Direitos e dignidade. Muito ajudou-nos para tanto, a presença entre nós, em agosto último, do Frei Clodovis Boff. Chegamos a identificar tantos rostos de irmãos nossos que urgentemente necessitam da Igreja como Corpo de Salvação para operar a libertação plena em Cristo. Naquela

Nossa ação inspirar-se-á suficientemente na prática de Jesus, contida nos Evangelhos?

ocasião, como prioridade apontávamos *CABOCLOS* como os mais pobres entre nós. Seguiam-se os milhares de *Agricultores SEM TERRA*; os *OPERÁRIOS ASSALARIADOS* assaltados em seus salários justos, as *MULHERES CATARINENSES* que constituem maioria nas categorias acima

e ainda agredidas pelo machismo entre nós, os poucos *Indígenas Sobreviventes* e os muitos exterminados barbaramente; os *PESCADORES ARTESANAIS* já sem acesso ao mar e ao peixe; os *NEGROS* sofrendo a discriminação racial; os *MINEIROS* do Sul, vítimas das condições desumanas no trabalho e candidatos à morte prematura pela contração da pneumoconiose. Estes são apenas alguns dos rostos sofridos dos nossos irmãos "Catarinas" que reclamam ser ouvidos pelo projeto Salvífico da Igreja a partir do próximo Plano do Regional Sul IV.

Perguntam-nos: terão todos estes direitos a serem ouvidos dos amados preferentemente a partir do novo Agir Pastoral da Igreja em Santa Catarina, uma vez elaborado o novo Plano? Serão todos eles suficientemente identificados e reconhecidos em sua situação e necessidades no novo Marco de Realidade a Ser Elaborada? Em que modo de ser Igreja, serão acolhidos? Que espécie de solidariedade haverá de merecer? Serão levados a que assumam as rédeas da própria história sendo sujeitos do processo ou relegados ao descaso ou ainda rituais de projetos assistencialistas e paternalistas? Nossa ação inspirar-se-á suficientemente na prática de Jesus, contida nos Evangelhos? Permitirá também que nossa prática mediação das ciências do Social? Eis o desafio que nos aguarda como agentes de transformação o de: a "luz da fé levarmos a todos os irmãos catarinenses a um novo lugar de fraternidade numa experiência de "Igreja Sacramento de Comunhão e Participação" numa Igreja servidora e missionária estarmos indo em base do Reino Definitivo".

Dimensão Jurídica do Planejamento

Pe. Henrique E. Cervi
Vigário Judicial e professor de Direito Canônico

Em termos jurídico-canônicos, rigorosamente falando, bem pouco há para se dizer a respeito de qualquer forma de planejamento.

Não que o Código de Direito Canônico atualmente em vigor na Igreja ignore, propriamente, o ato de planejar mais, pela sua postura inicial, que se firma de modo exclusivo sobre o poder legislativo hierárquico, o Código simplesmente se cala, não propondo e nem proibindo a possibilidade de se planejar.

Por outro lado, porém, não são poucas as vezes em que o mesmo Código propõe aos Bispos, ou até mesmo lhes impõe, o recurso do assessoramento, para o bem de toda a pastoral, de fiéis — clérigos, religiosos, leigos — idôneos e capacitados. A esses fiéis compete auxiliar os Bispos, no governo diocesano, com suas opiniões, seus conselhos, seus votos e seus consentimentos, sempre de acordo com as diferentes causas que exijam as suas partici-